PARA QUEM TRABALHA O ARQUITETO E URBANISTA? – UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DO ARQUITETO NA PRODUÇÃO DA MORADIA POPULAR

Ana Júlia Pinheiro Mendes[1]

Pamela Gabriella Serra Pereira[2]

Marluce Wall[3]

INTRODUÇÃO

O título deste artigo remete a uma questão levantada, em 1969, por Giancarlo de Carlo (2005). A pergunta que orientava o seu pensamento era o público da arquitetura. Sua crítica tinha como alvo a produção do arquiteto, o papel que o arquiteto atribuía a si mesmo, do gênio criador quase onipotente, do "arquiteto do rei". Para ele, o trabalho do arquiteto e urbanista deveria estar a serviço do interesse do coletivo, ao lado da maioria da população.

A prática da assistência técnica para habitação de interesse social – ATHIS – pode ser vista como uma resposta que vem ganhando espaço nos últimos anos com o apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e na trilha da Lei Federal 11.888/2008.

A Lei se define pela cartilha do Conselho de Arquitetura e Urbanismo nacional intitulada "ATHIS – Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social: um direito e muitas possibilidades":

> Serviço técnico nas áreas de Arquitetura, Urbanismo, Engenharia, Assistência Social, Direito, Geografia e/ou outras áreas relacionadas – junto à população de baixa renda na elaboração e/ou execução de projetos de regularização física e fundiária e Habitação de Interesse Social (CAU/ BR, 2018)

Um direito e muitas possibilidades, de fato, resume o que significa para a população a Lei ATHIS – Lei Federal 11.888/2008. É um direito de todas as pessoas ter uma moradia digna. E as oportunidades? A possibilidade de arquitetos e urbanistas de transformar a realidade de nossas cidades e contribuir para o desenvolvimento social, ao promover o direito à moradia para todos e todas (CAU/BR, 2018).

Breve histórico

Em 1975, em Vitória, a Câmara de Arquitetura do CONFEA[4] recomendou a adoção de medidas para que os arquitetos pudessem atuar em Assistência Técnica. No ano seguinte, o Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul (SAERGS) dá início aos trabalhos do Programa ATME – Assistência Técnica Gratuita à Moradia Econômica, coordenado pelo arquiteto Clóvis

1 Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, Bolsista PIBIC/FAPEMA. E-mail: ana.20220058963@aluno.uema.br

2 Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: pamela.20210026527@aluno.uema.br

3 Professora Associada II do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: marlucewall@professor.uema.br

4 Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - é o órgão máximo do sistema que regulamenta e fiscaliza o exercício profissional de engenheiros, agrônomos, geólogos, geógrafos e meteorologistas no Brasil. Até o ano de 2010 quando foi criado o CAU- Conselho de Arquitetura e Urbanismo também regulamentava o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Ilgenfritz da Silva, com a participação do IAB-RS e de membros da advocacia de Porto Alegre. A partir de então a Assistência Técnica entra nas escolas de arquitetura e urbanismo, passa pelas entidades do movimento social e de escritórios e ONGs de profissionais, que começam a ver um novo campo de ação. No Fórum Social Mundial de 2005 após uma mesa redonda coordenada pela Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA) e no fim daquele ano, após incansáveis seminários estaduais em quase todo o país e um Seminário Nacional em Campo Grande (MS), nasce a minuta da Lei 11.888/2008 que foi subscrita pelo Deputado federal e arquiteto Zezéu Ribeiro, do PT-BA. A lei entrou em vigor em 2009.

Apesar da promulgação da Lei ser considerada uma conquista no campo da arquitetura e urbanismo, ela segue sem uma estrutura de regulamentação própria que oriente sua aplicação, o que possibilitaria um acesso efetivo. Mesmo assim, alguns municípios apresentam legislações próprias relacionadas à assistência técnica. No entanto, em sua maioria, apresentam impedimentos burocráticos diversos e atuação técnica em padrão formal de atendimento profissional. Frequentemente, alinham-se a ações assistencialistas, e processos com pouca ou nenhuma abertura para participação do usuário, mantendo o foco no conhecimento técnico.

Assim, admitindo que a questão exige uma discussão mais aprofundada, apresentamos algumas das dificuldades, como aponta Arruda (2019): a primeira, dos próprios profissionais, onde poucos se dedicam seja porque a remuneração é pouca, seja porque não estão, ou não se consideram, preparados técnica ou politicamente para essas ações. Na verdade, os recursos públicos, aqueles que seriam uma oportunidade, nem sempre estão disponíveis. Duas questões se colocam: a da formação (os cursos de arquitetura e urbanismo direcionam o ensino da técnica e da forma de fazer assistência?) e a ação dos órgãos públicos, que não dedicam os recursos necessários. Por outro lado, as entidades profissionais, os conselhos e as associações estudantis, a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FENEA) com os Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o CAU buscam financiar as ações de ATHIS. O CAU reserva 3% da sua arrecadação para atividades de apoio à Lei ATHIS e todos eles promovem eventos, discutem propostas, pressionam os órgãos públicos para a regulamentação da Lei ATHIS.

Para quem trabalha o arquiteto e urbanista? Essa é uma questão ainda presente em nossa contemporaneidade, como trouxe à tona Garry Stevens (2003) em "O Círculo Privilegiado-fundamentos sociais da distinção arquitetônica". A pergunta permanece e a busca das respostas também continua, na teoria e na prática. Especialmente em um contexto onde o déficit habitacional é uma incômoda realidade.

Apresenta-se aqui um estudo sobre a atuação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), trazendo à tona algumas iniciativas realizadas pelos conselhos regionais e pelo conselho nacional. Para isso, aborda-se a questão da formação profissional, realizando uma primeira aproximação de como os cursos de arquitetura e urbanismo têm se preparado (ou não) para o enfrentamento dessa questão. É relevante notar que a pesquisa realizada não esgota a discussão e que, passado um ano desde a sua conclusão, é possível verificar que houve avanços significativos em cada uma dessas questões, com os conselhos regionais e os IABs atuando de forma mais ativa, e com a curricularização da extensão, potencial para modificar o quadro da formação.

MÉTODOS

A pesquisa se deu a partir de uma combinação de estratégias metodológicas: o Estudo de Caso e a análise histórico-interpretativa, uma investigação em fenômenos físico-sociais dentro de contextos complexos, com uma visão na direção de explicar estes fenômenos de forma narrativa e de maneira holística (Groat e Wang, 2001, p.136, tradução livre)

Procedimentos

Adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, combinando análise documental de levantamento de dados, publicações e informações oficiais divulgadas principalmente nos sites do CAU/BR e dos conselhos regionais, no período de 2023 a 2025.

Para o estudo da formação dos arquitetos foi feito um levantamento dos cursos de arquitetura e urbanismo em nível nacional, buscando identificar: data de elaboração do Projeto Pedagógico, metodologias previstas, matriz curricular e práticas de pesquisa e extensão, extraídos das informações disponibilizadas publicamente pela instituição.

Na segunda etapa de análise dos projetos pedagógicos, os classificamos a partir dos seguintes parâmetros: comunicabilidade e transparência do projeto (possibilidade de identificar o projeto pedagógico nas páginas oficiais do curso e da universidade ou não); metodologias adotadas (não especifica as metodologias adotadas, limitando-se à descrição de práticas em amplo aspecto ligadas ao tripé pesquisa, ensino e extensão; apresenta metodologias de articulação da extensão na matriz curricular; apresenta metodologias de integração de projetos e ateliê; apresenta metodologias que estruturam a graduação em núcleos; apresenta metodologias que combinam todos os aspectos anteriores); aspectos teóricos e práticos das disciplinas (não foi possível identificar a matriz curricular nas páginas oficiais do curso e da universidade; foi possível identificar apenas disciplinas do núcleo comum que dialogam com a temática da assistência/assessoria técnica, moradia popular e formação do arquiteto e urbanista; foi possível identificar disciplinas específicas que dialogam com a temática da assistência/assessoria técnica, moradia popular e formação do arquiteto e urbanista); variedade e produtividade dos grupos de pesquisa, extensão e laboratórios visando uma análise mais aprofundada de teor teórico e metodológico (não foi possível identificar grupos de pesquisa, extensão e laboratórios nas páginas oficiais do curso e da universidade; foi possível identificar grupos de pesquisa, extensão e laboratórios que abordam especificamente a temática da habitação e da cidade).

A identificação de disciplinas que dialogam com a temática da assessoria técnica, fornece pistas sobre a aproximação com a temática de assessoria da formação oferecida pelo curso ou, no mínimo, a aproximação com a temática da arquitetura e do urbanismo não exclusivamente voltado para a projetação dos espaços de elite. A essa categoria soma-se a identificação dos grupos de pesquisa também com a mesma intenção de identificar a relação mantida pelo curso na formação oferecida com a temática da arquitetura e do urbanismo voltado para as camadas populares. Esses serão os dois indicadores que vamos destacar, compreendendo que é uma abordagem ainda insuficiente para uma compreensão integral da formação oferecida, especialmente porque alguns dados coletados apresentam indefinições, como aqueles que não foram encontrados nas páginas dos sítios eletrônicos dos cursos.

ATUAÇÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO

A atuação do CAU, tanto o nacional como os conselhos regionais, se divide em ações como fomento e apoio a projetos de ATHIS, fóruns de discussão, contratação de parcerias institucionais, eventos de capacitação, e premiações, todas promovidas mediante editais. Nem é preciso dizer que apoio e fomento a projetos são essenciais e estas têm sido ações que vêm aumentando em quantidade por todo o território nacional. Outra ação, entre as mais relevantes, são as premiações dadas a projetos executados ou TCCs, monografias, ações profissionais, que trabalhem com Assessoria Técnica para Habitação Social. Essas ações, para estudantes universitários, funcionam como incentivo para aprofundarem seus estudos e se interessarem por atuar futuramente em ATHIS; para os profissionais, estimulam a continuidade de trabalhos, fortalecendo a prática da Assistência Técnica. Além disso, os conselhos incentivam parcerias institucionais e pressionam pela regulamentação da Lei nos estados e municípios. No Maranhão, o CAU segue a mesma política de incentivo de atuação da ATHIS e tem realizado, promovido e apoiado ações nesse sentido.

Figura 1 – Seminário de formação sobre ATHIS organizado pelo CAU/MA



Fonte: CAU/MA, 2024

Uma das ações mais recentes foi o evento realizado no Quilombo Liberdade, denominado "Arquitetura para todos: a lei de ATHIS e o atendimento às comunidades". O evento teve como pauta principal o esclarecimento dos princípios e práticas da Assistência Técnica em Habitação.

Figura 2 – Evento de ATHIS realizado no Quilombo Liberdade



Fonte: as autoras, 2024

DISCUTINDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ASSESSORIA TÉCNICA

A Lei ATHIS traz como única exigência que as famílias tenham renda de até 3 salários mínimos; permite projeto e obra assistidas por profissional habilitado, obra nova, reforma e ampliação, além de regularização fundiária. Deve-se planejar para evitar ocupações irregulares, áreas de risco e acidentes ambientais e, além da moradia, a qualificação do lugar e inserção

urbana adequada também é objetivo da lei. Além disso, a assistência técnica valoriza os planos diretores, reforçando a importância de regulamentação e delimitação das ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social, uma vez que prioriza iniciativas sob regime de mutirão e em zonas declaradas como de interesse social. A Lei prevê custeio com recursos federais, admitindo parcerias público/privadas, de forma a se consolidar de forma permanente e continuada.

O serviço técnico é direcionado diretamente para as famílias, cooperativas, associações de moradores ou grupos organizados. As famílias beneficiárias devem ser selecionadas pelos conselhos municipais e o conselho de habitação e as entidades de classe participam da seleção dos profissionais. Para isso, entidades devem realizar convênio com o governo federal, com os estados ou prefeituras para atuar na seleção dos profissionais. A assistência técnica é prestada por arquitetos e urbanistas e por engenheiros que trabalham com arquitetura, sendo eles: funcionários públicos; profissionais de equipes de ONGs, profissionais vinculados às universidades; profissionais autônomos (liberais) e profissionais representantes de pessoas jurídicas (empresas), com previsão de atuação por meio de processos participativos.

Desse modo, o texto da lei abre espaço para interpretações diversas a respeito do que caracteriza a prática da assistência técnica. É um trabalho estritamente técnico? A prática da assistência não deve incluir outros profissionais para uma perspectiva de atuação multidisciplinar? Trata-se de um atendimento individualizado às famílias? Tudo isso leva a crer que as práticas em ATHIS encontram-se estruturadas em torno de procedimentos administrativos, com foco tecnicista. Portanto, a operacionalização de programas de assistência técnica descarta a real participação da população alvo da política e, consequentemente, direciona suas práticas para lógicas impositivas da administração pública, do mercado e do campo arquitetônico, reforçando a produção do espaço por meio de instâncias de "poder político, econômico e técnico" (Kapp, 2011, p. 7).

No entanto, o debate acontece em torno da assistência técnica gratuita e é possível encontrar grupos de assessorias técnicas, como Usina, Gama, Peabiru e outras. Nesse sentido, a discussão dos termos assistência técnica e assessoria técnica, quando se trata do atendimento à população de baixa renda, não chegou a um consenso (Borel, 2020). As distinções giram ao redor da atuação do arquiteto e urbanista: enquanto o conceito de assistência técnica em geral trabalha reproduzindo o comportamento tradicional, a relação profissional/cliente, onde o primeiro apresenta as propostas e o segundo aceita, ou não, a negação levando a outras propostas até o aceite poder acontecer, o conceito de assessoria se coloca na perspectiva de desconstruir a imposição tecnocrática do arquiteto sobre os usuários. Desse modo, mesmo assumindo a assimetria entre técnicos e assessorados, assume o desenvolvimento do trabalho com abertura para o ganho de autonomia dos grupos assessorados, em vez de criar novas dependências. Assume a ampliação do imaginário acerca da produção do espaço, em vez de aderir a soluções técnicas que desconsideram as práticas do grupo e luta por rearticulação da esfera pública, com relação à privada e social (Baltazar, Kapp, 2016).

A prática da assessoria não segue os métodos convencionais de diagnóstico e projeto, mas se baseia na elaboração de estratégias de mediação técnica, a exemplo das interfaces. Nesse cenário, os assessorados solicitam a assessoria, assumindo a gestão dos papéis dos técnicos no processo. Mesmo assim, assumida a assimetria, o arquiteto, como mediador, precisa ser vigilante com relação a reprodução de vícios e preconceitos das práticas convencionais.

A arquitetura é entendida como uma prática de engajamento dialógico, um processo de projeto e planejamento aberto, questão já levantada por Giancarlo de Carlo (2005). Em vez do projeto simplesmente como produto, admite-se o projeto como um processo, adotando-se a prática de projetar o processo de projeto ou "designing designing", descrito por Jones (1991). Por isso, o processo formativo em assessoria consiste na aprendizagem de métodos de mediação, uma vez que o processo aberto de produção dos espaços e articulação das demandas é condicionado pela metodologia adotada, assim como o nível de protagonismo das convenções técnicas habituais.

Ademais, é necessário conceituar as ferramentas interfaces como estruturas que "podem ser concretas ou abstratas, já existentes ou inventadas, informacionais ou operacionais, físicas ou digitais, ou qualquer combinação híbrida dessas possibilidades (Kapp, Baltazar e Morado, 2021, p. 55) que funcionam como mediação entre o arquiteto e o usuário como facilitadoras do processo projetual, "mas elas devem poder ser usadas sem a presença de quem as projetou", (Kapp, Baltazar e Morado, 2021, p. 55).

É, portanto, essencial uma formação específica. Que trate da aprendizagem das interfaces, da construção de abordagens dialógicas e mesmo da superação de processos participativos que impõem a cultura técnico-profissional nos grupos sócio-espaciais assessorados. Que proponha discussões a respeito dos limites dos processos de projeto prescritivos, experimentar a criação de estruturas, as interfaces, que viabilizam organização própria dos assessorados, garantindo a continuidade do processo.

Por outro lado, em relação ao processo de Assistência Técnica, o entendimento predominante no qual se estruturou o Programa ATME, a Lei Federal 11.888 e as leis municipais mencionadas é o da reprodução da atividade profissional em arquitetura e urbanismo, suas práticas e processos, mantendo-se à parte ou desconsiderando muitas vezes a percepção e realidade dos grupos sócio-espaciais atingidos pelas políticas.

Os termos deslizam entre uma proposta de assistência técnica, mais vinculada a processos oficiais, conduzidos por instituições ou enquadradas nas leis pertinentes, e a atuação como assessoria como uma atuação mais vinculada a demandas de diferentes grupos sociais.

DISCUTINDO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No campo da formação do profissional, o estudo dos projetos pedagógicos buscando identificar as metodologias e as disciplinas que apresentam uma ligação com a temática da habitação popular e, ou de processos de projetação destinados a essa população, constituiu uma pista sobre como a formação profissional tem se inserido nesse debate. Apresentamos a seguir, por região, metodologias e matrizes curriculares que consideramos mais avançadas nessa proposição.

Região Norte

Universidades analisadas: UNIFAP (Universidade Federal do Amapá), UFAM Universidade Federal do Amazonas), UFPA (Universidade Federal do Pará), UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), UFRR (Universidade Federal de Roraima) e UFT (Universidade Federal do Tocantins).

Na região Norte foram identificadas disciplinas relacionadas com a temática da Habitação Popular ou Habitação de Interesse Social. É preciso ressaltar que esse resultado pode não corresponder exatamente à realidade uma vez que nem todas as informações estão disponíveis publicamente, como, por exemplo, a informação sobre projetos de extensão, laboratórios ou escritórios modelos.

Região Nordeste

Universidades analisadas: UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), UFC (Universidade Federal do Ceará), UFPB (Universidade Federal da Paraíba), UFPI (Universidade Federal do Piauí), UFS (Universidade Federal de Sergipe), UFAL (Universidade Federal de Alagoas), UEMA (Universidade Estadual do Maranhão), UFBA (Universidade Federal da Bahia), UFERSA (Universidade Federal Rural do Semi-Árido).

UFPE: é possível destacar disciplinas de extensão; dinâmica articulada de produção do conhecimento, em uma relação didática entre a graduação e a pós-graduação; e a extensão como princípio educacional. Além disso, o EMAU Cajueiro apresenta forte atuação relacionada com a temática habitação popular.

UFRN: é possível destacar o Projeto Integrado e, além disso, a articulação dos processos formativos com as ações extensionistas e de pesquisa, por meio de serviços de assessorias técnicas aos grupos e organizações sociais, trazendo uma perspectiva de formação voltada para a projetação dedicada à habitação popular. A matriz curricular é mais específica: i) Prática profissional; ii) Intervenções em assentamentos de origem informal; iii) Planos diretores participativos; iv) Assistência técnica a habitação de interesse social - ATHIS. Quanto à pesquisa e à extensão, existem vários grupos de pesquisa ligados à temática da habitação, como o EMAU Maré.

UFC: é possível destacar a perspectiva transdisciplinar apoiada no ateliê, leitura e discussão de textos, trabalhos de campo, visita a obras e apresentação de seminários. O ateliê é o local da experimentação dos conhecimentos acumulados nas diversas disciplinas de áreas distintas, visando à resolução de problemas em forma de projeto. As atividades são desenvolvidas no âmbito dos laboratórios de pesquisas, projetos de extensão, monitorias, Escritório Modelo CANTO e Programa de Educação Tutorial-PET.

UFAL: é possível destacar aprendizagem orientada para a mediação entre teoria e prática, entre o desenvolvimento da capacidade intelectual, da sensibilidade social e de habilidades técnicas. A matriz curricular apresenta como disciplinas: Atividade Curricular de Extensão voltados a colocar em evidência a cidadania e a Habitação Social. Apresenta Escritório Escola (substituindo o EMAU?) e grupos de pesquisa voltado para os estudos de Habitação.

UFBA: é possível destacar que a metodologia de ensino-aprendizagem segue o propósito de suprir demandas de interesse coletivo, incorporando o campo do ensino, pesquisa e extensão universitária, esta considerada como uma importante possibilidade de atuação na transposição da distância entre a universidade e a sociedade; a matriz curricular apresenta: a) Disciplina extensionista; b) Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS); c) Atividades Complementares e d) Atividades Extensionistas, além dos elementos tradicionais. Apresenta ainda a) Ateliês de Fundamentação e Experimentação; b) Ateliês Integrados; c) Ateliês Complementares.

Na matriz curricular, as disciplinas se relacionam especificamente com a habitação popular e as questões de grupos sociais mais vulneráveis: interpretação de projetos urbanos e sociais; ateliê de projeto da paisagem: comunidades; projeto de regularização fundiária em ZEIS; Ateliê de arquitetura, cidade, paisagem e relações étnico-raciais; Guia de fontes sobre arquitetura popular; Arquitetura popular: espaços e saberes; Políticas públicas de habitação; Práticas construtivas em mutirão, Práticas participativas, Tópicos em interesse social.

Destacamos também o forte envolvimento com a pesquisa e a extensão com proximidade da temática e o EMAU Curiar. Na Universidade Federal da Bahia, ainda acontece o curso pioneiro no Brasil em nível de especialização: Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia com formação específica teórica e prática em Assessoria Técnica.

Região Centro-Oeste

Universidades: UNB (Universidade de Brasília), UFG (Universidade Federal de Goiás), UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), UEG (Universidade Estadual de Goiás.

Na UNB foi possível encontrar na matriz curricular: Projeto e Planejamento de Habitação Popular; Prática de Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo; Questão Urbana e Política Habitacional; Planejamento Habitacional; Na Pesquisa e Extensão: Assessoria técnica para o habitar de Origem Social.

Na UFG, embora não tenha sido possível identificar a matriz curricular, o projeto pedagógico declara: ampliar a formação do arquiteto-urbanista para atuar com culturas,

populações e comunidades até então negligenciadas, tanto pela academia como pela profissão, como comunidades indígenas e quilombolas. Em extensão, identificamos o projeto Assessoria Técnica para Organizações Não Governamentais que Atendem Populações Vulneráveis.

Região Sudeste

Universidades: UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), UFF (Universidade Federal Fluminense), UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), USP (Universidade de São Paulo), UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), UFU (Universidade Federal de Uberlândia), UNESP (Universidade Estadual Paulista), UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto).

UFMG: destacam-se as disciplinas Oficina temática de ocupação de encostas; Arquitetura sem barreiras; Oficina temática gestão urbana participativa; Oficina temática reabilitação de áreas degradadas; Planejamento participativo; Política habitacional; Autogestão habitacional; Políticas públicas e habitação, e a singularidade de uma Oficina de Integração de Saberes, multidisciplinar, transdisciplinar.

UFRJ: entre as metodologias previstas, destacamos a articulação do conhecimento técnico e a formação humanista. Além disso, identificamos uma grande variedade de disciplinas voltadas para a temática da assistência/assessoria: Qualidade do desenho urbano na habitação social; Projeto de infraestruturas, espaços públicos e territórios de inclusão; Arquitetura e urbanismo social; Habitação + cidade: projeto de habitação de interesse social; Construções políticas e raciais: projetando o espaço público a partir de uma leitura racializada de cidade; Projeto como um Saber: experimentações sobre ensino e aprendizagem projetual em arquitetura; Cidade e habitação: aspectos da informalidade; Tectônica na periferia: Projeto de arquitetura e construção colaborativa; Projeto de transformação urbana. Quanto às práticas de pesquisa e extensão, identificamos o Emau Abricó, o Laboratório de Habitação e forma urbana; o Laboratório de estudos e pesquisas em cidades; o Núcleo de atividades de extensão, pesquisa e ensino sobre o morar popular urbano.

USP: identificamos uma grande variedade de disciplinas e grupos de pesquisa voltadas para a temática da assistência/assessoria, com destaque para: Assentamentos Urbanos Populares; Habitação Popular Paulistana; Construção Social da Cidade: Teoria e História; Pesquisa Ação Participativa; Território, Conflitos e Participação; História da Habitação Social nos Séculos XX e XXI; Arquitetura Humanitária: Uma Experiência Construtiva; Instrumentos de Intervenção Urbanística em Assentamentos Precários: Plano, Programa e Projeto; Habitação de Interesse Social.

Região Sul

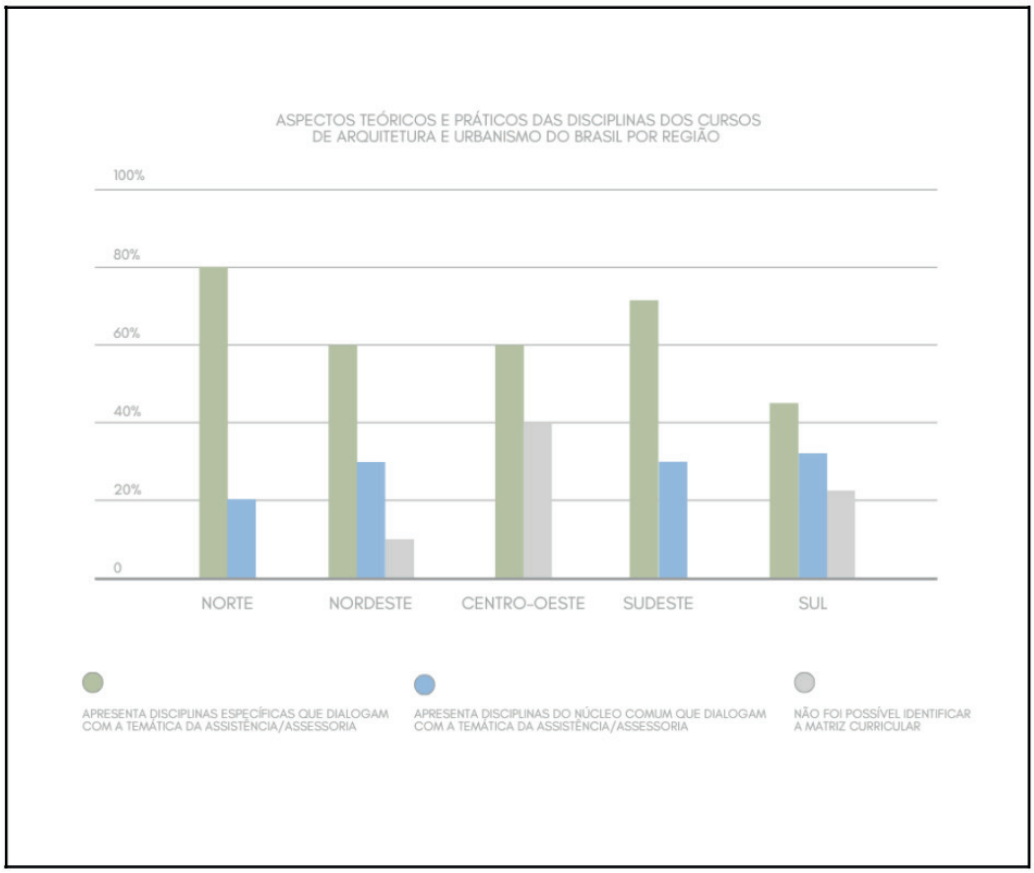
Universidades: UFPEL (Universidade Federal de Pelotas), UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), UNILA (Universidade Federal de Integração Latino-Americana), UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), UFPR (Universidade Federal do Paraná), UEL (Universidade Estadual de Londrina), UEM (Universidade Estadual de Maringá).

UFPEL: identificamos na matriz curricular as disciplinas Universidade e Sociedade (obrigatória) e Atelier Vertical – Habitação de Interesse Social (optativa). No âmbito da extensão, destaca-se o EMAU JoãoBEM.

UNILA: nascida de um projeto do governo federal para a integração regional da América Latina, o Curso de Arquitetura e Urbanismo propõe-se a compreender as particularidades do espaço construído e habitado latino-americano, e se apoia na compreensão de que o arquiteto e urbanista é um sujeito social. Trabalha com as teorias decoloniais, estudos feministas, racismo

ambiental. A extensão é fundamental na formação entendida como atuante em defesa dos direitos, com projetos especificamente voltado para ATHIS, integrados ao EMAU LaMAU (Laboratório Modelo em Arquitetura e Urbanismo), que presta assessoria técnica gratuita a comunidades vulneráveis e empresas públicas, integrando ensino, pesquisa e extensão. Destacamos também o LaPPrau (Laboratório de Práticas Formativas e Participativas em Arquitetura e Urbanismo), que oferece cursos de capacitação de mão de obra para a construção civil, e o Canteiro Experimental (que engloba cinco disciplinas e apoia os Ateliês integrados de projeto). A matriz curricular contempla os eixos já mencionados e se propõe a formar profissionais capazes de atender às necessidades de conduzir um trabalho de assistência e assessoria técnica.

Figura 3 – Gráfico das abordagens disciplinares dos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Brasil



Fonte: as autoras, 2026

Maranhão

Universidades: CEUMA (Centro de Ensino Unificado do Maranhão), UNDB (Universidade de Ensino Superior Dom Bosco) e UEMA (Universidade Estadual do Maranhão).

CEUMA (privada): destaque para o Escritório-escola (assessoria técnica gratuita). Quanto à UNDB (privada): destaque para a Liga Acadêmica de Urbanismo e Arquitetura Social.

UEMA (pública): o projeto pedagógico atual propõe a prática do Ateliê Integrado, embora ainda não tenha sido posto em prática. Disciplinas: Fundamentos Conceituais dos Assentamentos Humanos; Cidade, Indivíduo e Sociedade; Projeto de Arquitetura e Urbanismo em Áreas de Interesse Social; Projeto de Assentamento Humano; Arquitetura e Urbanismo na América Latina (optativa). Em 2017, criou o Curso de Especialização em Assessoria Técnica para o Habitar Urbano e Rural, que teve apenas uma edição. Formados no Curso hoje constituem

o grupo Nós Assessoria Técnica, que atua nesse campo em São Luís e no Maranhão. Até a finalização desta pesquisa havia os seguintes grupos de pesquisa e extensão voltados para a temática: Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (LATESE); Laboratório Narrativas, Cidades e Territórios Habitados (NaCiTeH); Laboratório da Habitação e Inovação (LABHAB); Laboratório Trilhando Espaços Saudáveis, Criativos e Resilientes (TESCER); Liga Acadêmica de Habitação e Planejamento Urbano (LAHPUR); EMAU Solar.

CONCLUSÕES

É possível ver os esforços que os Cursos de Arquitetura e Urbanismo têm feito para se aproximar da temática da Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social e da produção da habitação popular. Mesmo que ainda domine a formação do arquiteto voltado para um mercado de elite, e o domínio do arquiteto possuidor de todo conhecimento da organização e produção do espaço, já acontecem iniciativas que buscam a formação mais qualificada para trabalhar no campo da Assistência e Assessoria Técnicas.

Nesse sentido, identificamos alguns caminhos: um que é voltado para a integração mais ampla de ensino, pesquisa e extensão, como podemos identificar na UNILA, na UFRJ, na UFBA. Outro que aposta nos trabalhos dos Escritórios Modelos ou Laboratórios com o mesmo teor. Um terceiro caminho começa a ser aberto: os canteiros experimentais e suas ramificações e possibilidades. Ainda, temos o caminho da criação dos cursos de Especialização e Residência em Arquitetura e Urbanismo, seguindo o modelo da Universidade Federal da Bahia, o pioneiro. Por fim, a presença cada vez mais crescente de grupos de pesquisa voltados para essa temática.

No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer. A força do mercado de trabalho voltada para a elite ainda é dominante. Como diz Bourdieu (1989), as escolas tendem a ser conservadoras e geralmente reproduzem nos ambientes de ensino e aprendizagem os valores da prática profissional efetiva ao incorporar pressões do mundo do trabalho. Dessa forma, a ATHIS permanece no campo da prática tecnicista, chegando até mesmo a significar a produção de toda e qualquer habitação social. Na contra-corrente, os EMAUs, os projetos de extensão, que, de um jeito ou de outro, proporcionam a proximidade dos futuros profissionais com a realidade da moradia popular, dos bairros populares. Mais uma vez, o caminho está aberto. Agora, resta aprender a caminhar e seguir por ele.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana. Por uma escola de [trans]formação urbana: contribuição heterodoxa do pensamento decolonial. **Redobra**. N. 15, ano 6, pp. 137-152, 2020

ARRUDA, Ângelo. **Assistência técnica em habitação de interesse social dez anos depois.** Br Cidades, 24/01/2019. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/assistencia-tecnica-em-habitacao-de-interesse-social-dez-anos-depois/. Acesso em 18 de maio 2024.

BALTAZAR, Ana Paula; Kapp, Silke. **Assessoria Técnica com interfaces**. In: IV ENANPARQ, Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Estado da arte. Porto Alegre: UFRGS, 2016. v. 1.

BOREL, Mariana. **Políticas públicas de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo**: práticas na direção da autonomia. Belo Horizonte: NPGAU-EAUFMG, 2020 (dissertação de mestrado).

CAU/BR, CAU/SC. ATHIS. **Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social**. Ed atualizada. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.athis.org.br/sobre/. Acesso em 18 de maio de 2024.

CAU/MA. **ARQUITETURA PARA TODOS**: a lei de ATHIS e o atendimento às comunidades [Apresentação em slides]. São Luís: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão, 2025. Acesso em 04 de setembro de 2025.

DE CARLO, Giancarlo. Archictecture´s public. In: Jones, Peter Blundell; Petrescu, Doina; Till, Jeremy. **Architecture and participation**. London and New YorkTaylor & Francis, 2005.

GROAT, Linda; WANG, David. **Architectural Research Methods**. New York: John Wiley & Sons, 2001.

HARVEY, David. The right to the city. London: **The New Left Review**. 2008, p. 23-40.

JONES, John Christopher. **Designing designing**. London: Architecture design and technology press, 1991.

KAPP, Silke; BALTAZAR. Ana Paula; MORADO, Denise. Arquitetura como exercício crítico [2008]. In: KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana (eds.). **Moradia e outras margens, volume 1**. Belo Horizonte: MOM, 2021, pp. 39–64.

MOASSAB, Andréia. De que lado a arquitetura está?: reflexões sobre ensino, tecnologia, classe e relações raciais. **Revista Projetar – Projeto e Percepção do Ambiente**. Vol. 5, n. 1, pág. 08–19, 2020.

STEVENS, Garry. **O Círculo Privilegiado** - fundamentos sociais da distinção arquitetônica. trad: Lenise Garcia Correa Barbosa - Revisão Técnica Sylvia Fischer. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

UEMA. **Estrutura Curricular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA.** Disponível em: https://www.arquitetura.uema.br/estrutura-curricular/. Acesso em março de 2025.

UEMA. **Disciplinas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA.** Disponível em: https://www.arquitetura.uema.br/disciplinas/. Acesso em março de 2025.

UEMA. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA.** Disponível em: https://www.prog.uema.br/arquitetura-e-urban ismo-cct/. Acesso em março de 2025.

UFAL. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFAL.** Disponível em: https://arapiraca.ufal.br/graduacao/arquitetura-e-urbanismo/documentos-1/projetos-pedagogicos. Acesso em março de 2025.

UFBA. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFBA.** Disponível em: https://arquitetura.ufba.br/projeto-pedagogico. Acesso em março de 2025.

UFC. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC** Disponível em:https://prograd.ufc.br/pt/cursos-de-graduacao/arquitetura-e-urbanismo-fortaleza/.

Acesso em março de 2025.

UFG. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFG.** Disponível em: https://goias.ufg.br/p/27969-arquitetura-e-urbanismo. Acesso em março de 2025.

UFMG. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG.** Disponível em: https://www.arq.ufmg.br/ea/ensino/cursos/au/grade-c urricular-curso-diurno/. Acesso em março de 2025.

UNILA. **Matriz Curricular e Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA.** Disponível em: https://portal.unila.edu.br/graduacao/arquiteturaeurbanismo/ppc. Acesso em março de 2025.

UFPE. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.** Disponível em: https://www.ufpe.br/coord-arquitetura-e-urbanismo/projeto-pedagogico. Acesso em março de 2025.

UFPEL. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL.** Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/faurb/. Acesso em março de 2025.

UFRJ. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ.** Disponível em: https://www.fau.ufrj.br/graduacao/. Acesso em março de 2025.

UFRN. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN.** Disponível em:https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=2000005&idTipo=. Acesso em março de 2025.

UNB. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNB.** Disponível em: https://fau.unb.br/ensino/graduacao. Acesso em março de 2025.

USP. **Matriz Curricular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da USP.** Disponível em: https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=99&codcur=99001&codhab=0&tipo=N. Acesso em março de 2025.